

# A ocupação humana da ilha de Marajó como problema científico: Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888) e as origens da arqueologia marajoara

## Human occupation of Marajó Island as a scientific problem: Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888) and the origins of Marajó archaeology



Lucas Monteiro de Araújo

Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, Pará, Brasil

araujo\_lucas@outlook.com



Nelson Rodrigues Sanjad

Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, Pará, Brasil

nsanjad@museu-goeldi.br

1

**Resumo:** O artigo analisa a atuação do político e naturalista mineiro Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888) na pesquisa arqueológica no arquipélago de Marajó. Demonstra-se a rede de relações estabelecida por Penna, a qual incluía naturalistas, políticos e habitantes locais, com o propósito de iniciar as pesquisas científicas e divulgar os tesos marajoaras e os vestígios neles enterrados ao público nacional e estrangeiro. Destaca-se, sobretudo, a interlocução de Penna com Charles Frederick Hartt, Orville Derby, Joseph Beal Steere, William Barnard e Ladislau de Souza Mello Netto, sujeitos que consolidaram o Marajó como campo relevante para investigações arqueológicas. A análise dessa rede revela que, desde as primeiras pesquisas arqueológicas na região, na década de 1870, houve tentativas de proteger os tesos e seus vestígios, além de disputas pela liderança na construção do conhecimento e no acesso à cultura

Recebido em 26 de outubro de 2024. Aceito em 28 de fevereiro de 2025.

material de povos indígenas pretéritos.

**Palavras-chave:** Arqueologia. Arquipélago de Marajó. Museu Paraense. Museu Nacional do Rio de Janeiro. Coleção.

**Abstract:** The article analyzes the role of the politician and naturalist from Minas Gerais, Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888), in archaeological research on the Marajó Archipelago. It demonstrates the network established by Penna, which included naturalists, politicians, and local inhabitants, aimed at initiating scientific research and publicizing the Marajó mounds and the remains buried within them to both national and foreign audiences. The article particularly highlights Penna's interactions with Charles Frederick Hartt, Orville Derby, Joseph Beal Steere, William Barnard, and Ladislau de Souza Mello Netto—individuals who helped establish Marajó as a significant field for archaeological investigations. The analysis of this network reveals that, from the early archaeological research in the region during the 1870s, there were efforts to protect the mounds and their remnants, as well as disputes over leadership in the production of knowledge and access to the material culture of past indigenous peoples.

**Key words:** Archaeology. Archipelago of Marajó. Museum of Pará. National Museum of Rio de Janeiro. Collection.

## Introdução

Os anos iniciais da década de 1870 foram de grande importância para a arqueologia marajoara. Ainda que os tesos do arquipélago já figurassem nos relatos de viajantes desde o século XVIII e os objetos neles enterrados já fossem buscados e ressignificados por moradores locais, os primeiros estudos sistemáticos na região foram desenvolvidos somente na segunda metade do oitocentos, os quais interpretaram os montículos e os artefatos como vestígios da história do Brasil (Barreto, 2000; Araujo, 2021).

Nesse contexto, a atuação do político e naturalista mineiro Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888) merece destaque. Ele foi um dos principais responsáveis por divulgar a existência dos “cemitérios indígenas” no Marajó e por incentivar outros viajantes a visitarem a região. As observações que publicou sobre suas experiências de pesquisa no arquipélago circularam para além das fronteiras nacionais. Além disso, ele próprio foi o cientista que mais vezes explorou os sítios arqueológicos marajoaras e a formar coleções que foram enviadas a diversas instituições no Brasil e no exterior.

Este artigo tem como objetivo analisar a atuação de Ferreira Penna nos anos iniciais da pesquisa arqueológica no Marajó. Conforme mostraremos, o naturalista mineiro estava no centro de uma rede de pesquisadores que transformou a antiga ocupação humana da ilha em problema científico, instaurando uma agenda de investigações que perdurou por décadas. Nossa intenção não é investigar questões e debates teóricos, conceituais nem metodológicos, mas analisar as condições políticas e sociais que permitiram esse debate – e identificar os principais atores

envolvidos na configuração do que hoje entendemos como arqueologia marajoara. Essa rede era composta por informantes, em sua maioria moradores locais que forneciam informações, serviam como guias e auxiliavam na coleta de artefatos, além de membros da elite política e econômica local, que ofereciam apoio logístico e material e auxiliavam na busca por coleções. A rede também incluía viajantes naturalistas que, ao passarem por Belém, eram incentivados por Penna a visitar o Marajó, dando início à investigação sistemática da região e desempenhando o papel de divulgadores, fundamental na construção do conhecimento científico e na disseminação do arquipélago marajoara como campo de pesquisa arqueológica.

4

Nomes como os dos geólogos Charles Frederick Hartt (1840-1878) e Orville Derby (1851-1915), dos zoólogos William Barnard (1849-1887) e Joseph Beal Steere (1842-1940), do médico Francisco da Silva Castro (1815-1899) e do botânico Ladislau de Souza Mello Netto (1838-1894) figuram como interlocutores diretos de Ferreira Penna. É importante destacar, de início, que essa rede não esteve livre de conflitos; pelo contrário, Penna enfrentou disputas entre cientistas nacionais e estrangeiros. Ambos reivindicavam para si não apenas a vanguarda na exploração dos sítios arqueológicos de Marajó, mas também a própria construção do conhecimento sobre eles. As disputas não ficaram restritas ao campo científico, envolvendo também a administração provincial e imperial, cujas decisões, por vezes, colocavam as duas esferas de governo em oposição. Como mostraremos, o naturalista mineiro buscou mediar esses embates, articulando interesses das instituições locais, nacionais e estrangeiras, sem, contudo, renunciar a seus próprios interesses.

Para além das questões políticas, a atuação de Ferreira Penna no Marajó também teve papel central na divulgação do

patrimônio arqueológico da Amazônia. Em especial, os achados feitos no arquipélago ajudaram a contrapor a visão difundida de que a região era um grande vazio demográfico ou povoada por sociedades decadentes e sem história. Essa imagem contrastava com ricos registros materiais encontrados na América Central e nos Andes, evidências da grandeza e da complexidade das “civilizações” que ali existiram no passado pré-colonial. Encontrar grandes estruturas de terra, os tesos (ou mounds, como eram conhecidos), erigidos por grupos indígenas pretéritos, bem como uma cerâmica considerada altamente sofisticada, diferente de tudo o que se conhecia até então no território brasileiro, lançou novas questões científicas sobre a ocupação humana na região amazônica, que oscilavam entre hipóteses difusionistas e autóctones. Esse debate foi calcado fortemente nos vestígios materiais encontrados no Marajó, razão pela qual a cerâmica marajoara tornou-se cobiçada por museus nacionais e estrangeiros (Ferreira, 2010; Sanjad, 2011).

As fontes analisadas neste trabalho incluem cartas, ofícios, artigos, diários, matérias jornalísticas, livros, leis e relatórios, entre outras. A busca por fontes foi realizada em instituições nacionais e estrangeiras: Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (pesquisa realizada antes do incêndio de 2018), Biblioteca Nacional (no Rio de Janeiro), Biblioteca Carl A. Kroch (da Universidade de Cornell), Arquivos do Museu Peabody (na Universidade de Harvard), Biblioteca Bentley (na Universidade de Michigan), além de inúmeros repositórios digitais.

## De Minas Gerais ao Pará: a trajetória político-científica de Ferreira Penna

Domingos Soares Ferreira Penna nasceu em Mariana, Minas Gerais. Apesar de não possuir educação superior formal, ele

adquiriu ampla experiência na política ocupando cargos públicos nas províncias de Minas Gerais (1853-1855), São Paulo (1856-1857) e na Secretaria de Polícia da Corte (1858) (Veríssimo, 1895; Cunha, 1989; Sanjad, 2010). No final de 1858, mudou-se para Belém para assumir o cargo de Secretário de Governo do Grão-Pará, a convite de Manoel de Frias e Vasconcellos, então presidente da província. Essa posição foi fundamental para que Penna estabelecesse uma ampla rede de relações políticas, já que o assessoramento direto que prestava ao presidente implicava em contatos com interlocutores em Belém, no interior da província e na capital do império. Entre essas pessoas estavam fazendeiros, juízes e políticos marajoaras, os quais, na década de 1870, deram apoio logístico às viagens que Ferreira Penna empreendeu pelo arquipélago.

Foi também como secretário de governo que Penna se envolveu na organização das exposições de produtos naturais da província. Destaca-se a mostra de 1861, que serviu como preparativo para a primeira Exposição Nacional, ocorrida no Rio de Janeiro em dezembro daquele mesmo ano.<sup>1</sup> Esses eventos colocaram o político em contato direto com o círculo científico da capital paraense e do império. Os médicos José Ferreira Cantão e Francisco da Silva Castro e o matemático José Coelho da Gama e Abreu (futuro Barão de Marajó) estavam entre os membros da comissão responsável por reunir os produtos que participariam das duas mostras. Essas mesmas pessoas, em meados da década de 1860, também se tornaram ativos apoiadores da ideia de criação de um museu de história natural e etnografia em Belém (Sanjad, 2010; Coelho et al., 2019).

Para além de sua atuação política na capital do Pará, Ferreira Penna realizou diversas viagens ao interior da província para estudos estatísticos. Entre dezembro de 1863 e janeiro de 1864,

<sup>1</sup> Ferreira Penna esteve presente na exposição carioca. Recebeu uma medalha de prata pela exibição de uma mesa de madeira produzida no Pará (Cunha, 1862, p. 486).

visitou os rios Tocantins e Anapu; entre fevereiro e maio de 1868, Óbidos e Breves; e entre junho e agosto do mesmo ano, Monte Alegre. Dessas viagens resultaram duas publicações, semelhantes aos estudos corográficos desenvolvidos no país desde o início do século, que deram ao então político reconhecimento no cenário intelectual: “O Tocantins e o Anapu” (1864) e “A Região Occidental da Província do Pará” (1869).

Na mesma época em que realizava essas incursões, ele também começou a formar pessoalmente coleções para o Museu Nacional do Rio de Janeiro, atendendo especialmente aos pedidos do então vice-diretor da instituição, Ladislau Netto<sup>2</sup>. Ferreira Penna e Ladislau estabeleceram desde cedo uma relação de cumplicidade, embora desigual, uma vez que o primeiro mantinha certa “submissão consentida”, ou seja, considerava-se hierarquicamente abaixo do pesquisador do Museu Nacional, apesar de este depender totalmente da força de trabalho e dos conhecimentos de Penna (Sanjad, 2010).

Foi em meados da década de 1860 que Ferreira Penna tomou conhecimento da existência dos tesos marajoaras e das cerâmicas neles enterradas. Não há registros conhecidos sobre quando, como ou por quem ele foi informado, embora seja provável que tenha sido por um interlocutor local durante suas viagens pelo arquipélago. Cunha (1989) sugere que foi Francisco da Silva Castro quem informou Penna sobre os vestígios arqueológicos do Marajó. Silva Castro circulava pelo baixo Amazonas e pelo arquipélago desde o início da década de 1850, quando foi presidente da Comissão de Higiene Pública da Província do Grão-Pará (Beltrão, 2004; Costa, 2024).

Além de sua atuação médica, Silva Castro demonstrava

<sup>2</sup> Em fevereiro de 1866, por exemplo, Penna remeteu de Belém à capital do Império 79 itens, sobretudo espécimes zoológicos. Cf. Relação dos objectos de historia natural à que se refere o officio de S. Exa. o Snr. Presidente d'esta Província, e que são n'esta data remetidos com destino ao Musêo Nacional. Arquivo do Museu Nacional, BR.MN.MN.DR, pasta 8, doc. 6.

grande interesse pela história natural. Ao longo da década de 1860, publicou diversos artigos sobre a fauna e flora amazônicas em periódicos científicos nacionais e estrangeiros<sup>3</sup>. Em 1861, foi um dos membros da comissão formada pelo governo do Grão-Pará para selecionar os produtos para as exposições provincial e nacional, momento em que estabeleceu contato com diversos interlocutores do interior da Amazônia, que remetiam produtos naturais para essas mostras. Foi, possivelmente, essa mesma rede de fornecedores que ele acionou quando, em 1865, o então cônsul da Noruega e Suécia no Brasil, Leonard Akerblom, solicitou sua ajuda na formação de coleções etnográficas para a Academia Real de Ciências da Suécia<sup>4</sup> e o Museu Etnográfico da Universidade de Oslo<sup>5</sup>. Entre os objetos enviados à Europa, destaca-se uma urna funerária antropomorfa proveniente do rio Maracá, no Amapá. Esse objeto indica que o médico já reconhecia as antigas cerâmicas como vestígios valiosos que documentam a existência de populações pretéritas na região e que os cemitérios indígenas da foz do rio Amazonas estavam sendo ressignificados como sítios capazes de revelar a complexidade e a diversidade de sociedades extintas (Mörner, 1959; Cunha, 1989).

Aqui vale destacar a importante atuação das populações locais, pois foram elas que certamente informaram Silva Castro da existência dos vestígios arqueológicos. No Marajó, especificamente, os habitantes não só conheciam, como utilizavam os tesos diariamente, bem como ressignificavam os objetos neles encontrados. Exemplos desses usos emergem na narrativa de Barnard, que informa que o teso do Pacoval servia como entreposto

<sup>3</sup> Em 1865, por exemplo, Silva Castro apresentou à Academia Real de Ciências da Suécia os textos “Memória sobre o Japíim” e “Nota sobre o Uirary ou Curare” (Castro, 1865<sup>a</sup>, 1865<sup>b</sup>).

<sup>4</sup> A coleção enviada à Suécia é composta por mais de 380 itens, entre os quais se destacam cerâmicas produzidas em Breves no século XIX, com características compostas de natureza indígena e europeia. Atualmente, as peças estão preservadas no Museu Etnográfico de Estocolmo (Mörner, 1959).

<sup>5</sup> Os objetos enviados à Noruega estão preservados atualmente no Museu de História Cultural da Universidade de Oslo. Foram encontrados 166 objetos ligados a Silva Castro na base de dados da instituição, entre os quais também figuram exemplares da cerâmica de Breves.

para os barcos que navegavam pelo rio Arari; já o do Guajará era usado como curral no período das chuvas, quando os campos naturais alagam<sup>6</sup>. De igual maneira, os artefatos arqueológicos eram coletados e ganhavam novos usos, especialmente para estocar farinha e peixe seco, conforme atesta Hartt (1885).

O que importa ressaltar é que o contato entre Silva Castro e Ferreira Penna ao longo da década de 1860 constituiu um canal privilegiado para a troca de informações e possíveis diálogos sobre o Marajó e Maracá. Ambos acumularam experiência com a organização das mostras provinciais, com suas viagens pelo interior da região (Silva Castro como médico responsável por relatórios epidemiológicos e Ferreira Penna como encarregado do governo na produção de relatórios estatísticos) e com a interlocução com membros do círculo intelectual local. Em meados da década de 1860, Ferreira Penna já era reconhecido como um especialista em assuntos amazônicos, pelo que assessorou diretamente o zoólogo Louis Agassiz, chefe da Expedição Thayer, que passou por Belém em meados de 1866 (Agassiz e Agassiz, 1868; Antunes, 2015).

Naquele mesmo ano, no mês de outubro, Ferreira Penna publicou em periódicos locais um convite para que os interessados na criação de um Museu Paraense comparecessem a uma reunião na sede do governo provincial. A proposta era fundar uma Associação Philomática, que seria responsável pela criação de um museu de história natural e de artefatos indígenas. Não é nosso objetivo aqui analisar a criação do museu, trabalho já feito por Sanjad (2010) e Amorim (2019), mas sim a formação da rede de relações e influências que Ferreira Penna estabeleceu em torno da arqueologia marajoara, o que está diretamente relacionado, mas não se limita, à sua atuação naquele museu. Vale mencionar apenas que, desde sua origem, a instituição já destinava atenção

<sup>6</sup> "Notes" by W. S. Barnard. William S. Barnard and William N. Barnard Papers, 16-5-211. Carl A. Kroch Library, Division of Rare and Manuscript Collection, Cornell University. Sobre as notas de Barnard, ver Araújo (2023).

à questão indígena na região amazônica e ao seu rico patrimônio cultural, sendo que a busca por coleções para esse museu foi um dos grandes impulsionadores para que Ferreira Penna realizasse ou apoiasse expedições científicas ao Marajó.

No mesmo ano em que a Associação Filomática foi criada, o cenário político mudou na Província do Grão-Pará. Com a retomada do poder pelo partido conservador após alguns anos de governo liberal, Ferreira Penna foi forçado a deixar a secretaria de governo. No final de 1867, ele se mudou para Manaus junto com José Coelho da Gama e Abreu, que havia assumido a presidência da Província do Amazonas e o convidara para assessorá-lo. Essa partida significou, em outras palavras, a impossibilidade de Ferreira Penna realizar suas ambições científicas na capital do Pará, mesmo contando com a boa vontade de diversos homens de destaque no cenário local, que se uniram para incentivar as pesquisas na região amazônica.

Ferreira Penna retornou a Belém em 1869, quando reassumiu a direção do Museu Paraense. Dessa posição, e lutando para manter a instituição ativa, ele testemunhou a chegada de Charles Frederick Hartt e seus alunos ao Grão-Pará. Esse foi um momento decisivo para a ampliação de uma rede intelectual que se estabeleceu em torno da pesquisa arqueológica no Marajó.

## Os primeiros estudos arqueológicos no Marajó: Ferreira Penna, Barnard e Hartt

Charles Frederick Hartt era professor de Geologia na recém-criada Universidade de Cornell, nos Estados Unidos, quando organizou a primeira Expedição Morgan ao Brasil. Ele já havia estado no país outras duas vezes: entre 1865 e 1866, foi membro da Expedição Thayer, chefiada por Louis Agassiz, e, em 1867,

retornou sozinho em uma viagem de férias (Hartt, 1867).

A primeira Expedição Morgan durou seis meses, de junho a dezembro de 1870. Além de Hartt, compunham a comissão o também professor Albert Nelson Prentiss (botânico) e nove estudantes voluntários, entre eles, William Barnard, Orville Derby e Herbert Smith. Segundo o periódico *The Cornell Era*, em sua edição de 1º. de junho de 1870, o objetivo principal da expedição era educar os estudantes no campo, treiná-los em contato direto com a natureza tropical e incentivá-los ao estudo de história natural<sup>7</sup>. Paralelamente, Hartt também tinha interesse pessoal em visitar a região de Monte Alegre, no Pará, pois queria testar a chamada teoria do drift, desenvolvida por Agassiz após a Expedição Thayer (Hartt, 1874).

A comitiva que chegou ao Pará contou com o apoio do então Vice-Presidente da Província, o deputado Abel Graça, e de Ferreira Penna (Hartt, 1871). Penna já sabia que havia cemitérios indígenas no Marajó e estava particularmente informado de que, no lago Arari, existia uma ilha chamada Pacoval, onde se guardava grande quantidade de material cerâmico. Todavia, ele próprio ainda não havia conseguido visitar o local devido às limitações políticas e financeiras que enfrentava desde 1867. Diante desses obstáculos, ele não perdeu a chance de chamar a atenção de Hartt para os tesos, persuadindo-o a incluir o local na rota da expedição. O próprio Hartt reconheceu a influência de Ferreira Penna: “o meu amigo, o sr. D. S. Ferreira Penna, chamou minha atenção para a pequena ilha do Pacoval, situada no lago Arary, da ilha do Marajó, onde constava existir grande quantidade de louça fabricada pelos antigos índios” (Hartt, 1876, p. 21). O geólogo, todavia, estava ocupado com suas investigações sobre o drift na Serra do Ererê, em Monte Alegre, por isso incumbiu Barnard de visitar o lago Arari.

<sup>7</sup> Hartt, C. F. *The Expedition to Brazil*. *The Cornell Era*, 1 jun. 1870, n. 32, v. 2, p. 1-2.

Barnard esteve no Marajó entre outubro e novembro de 1870. Ferreira Penna deu o suporte político e material à viagem, fornecendo cartas de recomendação, garantindo a estadia em fazendas, providenciando auxiliares e a passagem de barco (Hartt, 1885). Barnard planejava visitar apenas o tesó do Pacoval, todavia, quando hospedado na Fazenda da Nação, foi informado por um fazendeiro local, o Sr. João, da existência de outro montículo, o Guajará, localizado no lago homônimo e incluído na rota da viagem com a ajuda do mesmo fazendeiro. Barnard também tomou notas sobre os tesos de Camutins, Fortaleza e inúmeros outros não nomeados ao norte da ilha. Ainda que não os tenha visitado pessoalmente, conseguiu angariar algumas poucas informações, como a localização e a altura estimada dos montículos. Esses dados certamente foram repassados por algum fazendeiro ou morador local que conhecia bem a região, mas cujo nome não foi declarado por Barnard em seu diário de viagem<sup>8</sup>.

É importante destacar que existiam assimetrias na rede de facilitadores de Barnard. De um lado, estavam os fazendeiros, homens letrados considerados “confiáveis” — não por acaso, um deles, o Sr. Benedito, foi escolhido por Barnard para desenhar um mapa do lago Arari. Do outro lado, encontravam-se os guias, vaqueiros, indígenas e negros escravizados ou não, que, apesar de serem excepcionais conhecedores da geografia da região, dos tesos e dos ciclos naturais de enchentes e secas, quase desaparecem nos relatos — não se sabe nem mesmo o nome dos auxiliares que levaram Barnard aos tesos, o que contrasta com os fazendeiros, cujas alcunhas eram sempre precedidas de pronomes de tratamento.

A viagem de Barnard ao Marajó resultou em uma pequena

<sup>8</sup> Cf. “Notes” by W. S. Barnard. William S. Barnard and William N. Barnard Papers, 16-5-211. Carl A. Kroch Library, Division of Rare and Manuscript Collection, Cornell University.

coleção de artefatos cerâmicos<sup>9</sup> e também em um relatório intitulado “Notes”, documento que defendemos ser o ato inaugural dos estudos sistemáticos sobre os sítios arqueológicos de Marajó<sup>10</sup>. Conforme Araújo (2021), os tesos já vinham figurando nos textos de viajantes naturalistas desde, pelo menos, a segunda metade do século XVIII. Em “Notícias da Ilha Grande de Joanes”<sup>11</sup>, por exemplo, o naturalista luso-brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira relatou a “descoberta”, em 1748, de “ilhas” (tesos) ao longo do rio Tartarugas, onde era possível encontrar “igaçabas” contendo “ossos de gente e caveiras”. Vinte anos depois, em 1768, o padre José Monteiro de Noronha (1868) registrou a existência de “cernambis” (sambaquis) no rio Canaticu, ao sul do Marajó.

Mais além, já em 1845, o naturalista amador Reginald Simpson Graham remeteu ao Museu Britânico materiais que extraiu de um teso na ilha Mexiana. Esses eventos e narrativas, todavia, ainda consideravam os artefatos como curiosidades, por isso não resultaram em qualquer estudo sobre eles ou sobre os grupos indígenas que os fabricaram. As considerações que William Barnard fez em suas notas ganham importância, assim, por serem as primeiras de que se tem notícia a ultrapassar o simples registro, promover uma análise ordenada daqueles vestígios, mapear o local onde ocorrem e fazer um primeiro exercício de interpretação.

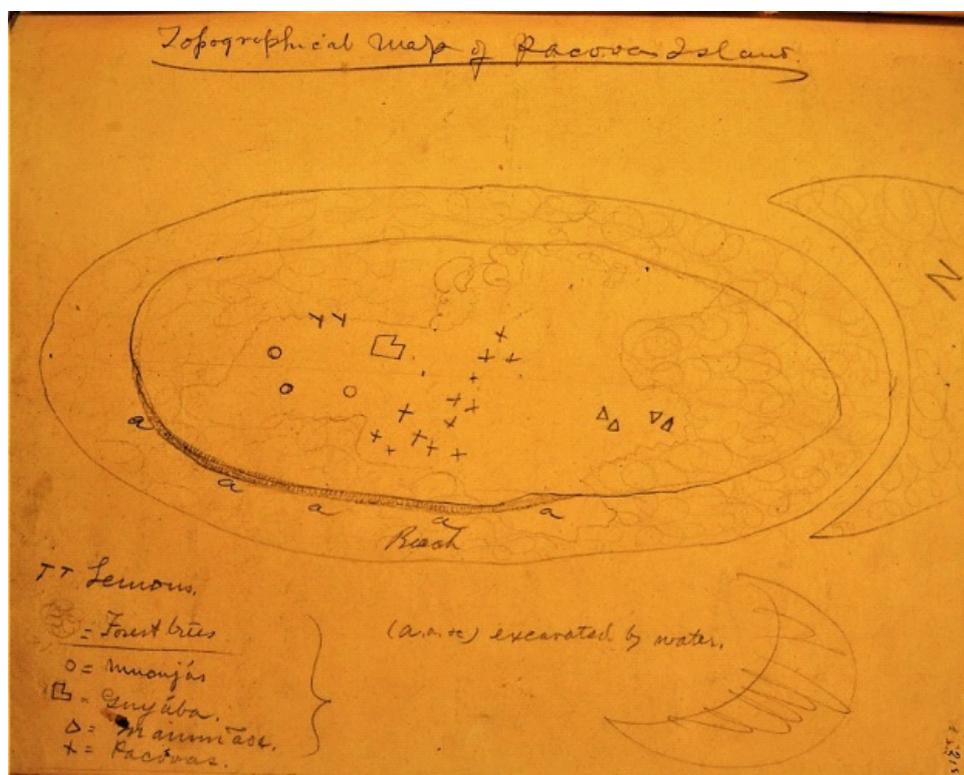
Em meados de novembro, Barnard já estava de volta a Belém. Antes de retornar aos Estados Unidos, encontrou-se com Ferreira Penna para relatar suas atividades no Marajó, mostrar o que havia encontrado e trocar algumas ideias sobre os objetos coletados. As conversas entre os dois estão registradas em algumas notas avulsas que Barnard anexou ao seu relatório. Um exemplo é o

<sup>9</sup> Segundo Hartt (1871), Barnard não realizou uma escavação propriamente dita nos tesos que visitou, mas apenas coletou aquilo que estava “ao alcance da mão”. Essa coleção é hoje parte das Coleções Antropológicas da Universidade de Cornell.

<sup>10</sup> Os trechos que fazem referência à pesquisa arqueológica de Barnard no Marajó foram transcritos e traduzidos por Araújo (2023).

<sup>11</sup> “Notícias da Ilha Grande de Joanes; Dos Rios e Igarapés que tem na sua Circunferência; De Alguns Lagos que se têm Descoberto e de Algumas Coisas Curiosas”. Biblioteca Nacional – manuscrito 04,2,021 n. 10. Publicado em 1906 pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo LXVII, p. 294-301. Também publicado em 2006 pela Kappa Editorial na coletânea “Viagem ao Brasil de Alexandre Rodrigues Ferreira”, v. 3, p. 65-70.

comentário sobre vestígios ósseos encontrados em uma das duas urnas funerárias que ele coletou no Pacoval: “Sr. Penna agrees with me in thinking that the bones were dried and probably free from flesh when placed in these vessels.”<sup>12</sup> Nas notas também é possível encontrar os primeiros registros cartográficos e topográficos de sítios arqueológicos do Marajó, como o mapa que Barnard desenhou da ilha do Pacoval, no lago Arari (Figura 1). Nesse mapa ele deu destaque para a vegetação que cobria o teso e os buracos



feitos pela água durante as enchentes.

Figura 1: Mapa do teso do Pacoval, lago Arari, ilha de Marajo. Fonte: Barnard, 1870

Barnard não demonstrou maior interesse pela cerâmica marajoara, sendo suas notas o único estudo produzido por ele.

<sup>12</sup> “Sr. Penna concorda comigo em pensar que os ossos foram ressecados e, provavelmente, livres de carne quando colocados nesses vasos”.

Hartt, por outro lado, mostrou grande fascínio pelos objetos que seu aluno coletou. Antes de retornar aos Estados Unidos, ele apresentou a Abel Graça um relatório das atividades desenvolvidas no Grão-Pará. No documento, informou que havia enviado Barnard ao Marajó para examinar “um lugar de sepultura dos indígenas” e que, de lá, o estudante “arranjou uma coleção de louça antiga e de outros objetos ilustrativos da arte indígena” (Hartt, 1896, p. 270). O relatório a Abel Graça teve ampla circulação. Foi posteriormente publicado ou comentado por vários periódicos de Belém e do Rio de Janeiro. A versão aqui utilizada apareceu em 1896 no Boletim do Museu Paraense de História Natural e Etnografia, sendo uma cópia da primeira publicação, no Diário do Gram-Pará, de 1870.

A notícia dos achados de Hartt e seus alunos no Marajó chamou a atenção de Ladislau Netto, que naquele momento ainda ocupava o cargo de vice-diretor do Museu Nacional. Ladislau já havia demonstrado interesse pela cerâmica marajoara. No catálogo das coleções do museu, que produziu em 1870, ele registrou que na seção de arqueologia havia “um artefacto destinado a occultar o distintivo do sexo nas mulheres”, encontrado em uma “ibicuára” (buraco na terra) perto do lago Arari, no Marajó. A pintura delicada do objeto foi mencionada pelo cientista, que defendeu que “nenhuma tribu das que ha tres seculos são conhecidas no Brazil seria capaz de fabricar objectos tão perfectos como este curioso adorno ou atavio de recato ou talvez de superstição” (Mello Netto, 1870, p. 251).<sup>13</sup>

Ladislau Netto foi um dos principais atores na construção de um passado idealizado para a nação brasileira, que fantasiava os povos indígenas como nobres ancestrais do jovem país. Ele buscava, nas coleções antropológicas do museu carioca, suporte

<sup>13</sup> Silva (2017), em estudo sobre as tangas marajoaras do Museu Nacional, argumenta que aquela coleção era uma das mais antigas do Brasil. Todavia, em decorrência de formas precárias de classificação e catalogação dos objetos no século XIX, não se tinha informações sobre coletor, doador nem data de aquisição.

para cimentar uma narrativa oficial que atendesse aos interesses das elites do Império. Em linhas gerais, ela almejava um passado enobrecido, gênese ou matriz da nova civilização que se desenvolvia nos trópicos (Ferreira, 2010; Linhares, 2017; Araújo, 2021). Ao encontrar, na coleção do Museu Nacional, um objeto com pintura de “estilo” e “qualidade” diferentes de tudo o que já havia visto, Ladislau Netto viu imediatamente uma evidência de que “grandes civilizações” haviam florescido no Brasil. Assim, o naturalista concluiu sua análise defendendo que “o individuo que o fabricou [o objeto] era mais do que um inteligente filho de nossas florestas, era quasi um artista da civilização moderna; era um espirito em que se conservavão idéas não pouco desenvolvidas e quiçá um sentimento notavel da arte asiática” (Mello Netto, 1870, p. 252).

Após tomar conhecimento do relatório de Hartt, Ladislau encaminhou um ofício ao Ministério da Agricultura, datado de 5 de abril de 1871, no qual externou em tom jubiloso as descobertas feitas no Marajó, mas também manifestou preocupação com o fato de estrangeiros estarem se apropriando das evidências materiais de que tanto necessitava para corroborar a hipótese de que houve “civilizações” indígenas em solo pátrio. Segundo Ladislau, os próprios nacionais deveriam assumir a dianteira das investigações. Caso contrário, corriam o risco de se verem obrigados a “ir estudar nas colleções dos museus estrangeiros a historia primitiva do império brasileiro”.<sup>14</sup>

Nesse mesmo ofício, Ladislau também revela que já vinha colecionando objetos do Marajó há alguns anos e que havia solicitado a Ferreira Penna mais informações sobre os tesos e o que era possível encontrar ali. Ademais, para proteger os interesses nacionais, o naturalista solicitou ao Governo Imperial que assumisse inteiramente a responsabilidade pela exploração

<sup>14</sup> Mello Netto, L. S. Museu Nacional. Jornal da Tarde, 29 abr. 1871, n. 100, p. 1.

dos vestígios encontrados no Marajó.

Não existem registros que comprovem que Ladislau Netto, de fato, já estivesse colecionando artefatos provenientes do Marajó antes de 1871. Além do citado ofício, a única alusão feita por ele ao assunto aparece em um texto que escreveu para os Archivos do Museu Nacional em 1885, no qual informa que, desde 1867, buscava reunir na instituição carioca materiais que dessem “base ao estudo dos primitivos habitantes do solo brasileiro” (Mello Netto, 1885a, p. 257), sem especificar que materiais reuniu nem a quais habitantes se referia.

Os apelos de Ladislau Netto ao Ministério da Agricultura surtiram efeito. No mesmo ano, foi enviado um ofício ao vice-presidente da Província do Grão-Pará, solicitando que o governo local coletasse e remetesse ao Museu Nacional as “preciosidades indígenas”<sup>15</sup>. Ademais, o Ministério também autorizou o Conselho Administrativo do Museu Nacional a “conferir o título de membro correspondente aos nacionais e estrangeiros dignos dessa honra pelos serviços prestados ao referido Museu ou às ciências naturais e à indústria em geral”<sup>16</sup>. Com esses atos, Ladislau Netto conseguiu assegurar tanto a prioridade da instituição carioca na formação de coleções arqueológicas provenientes do Marajó quanto o apoio especializado para realizar as coletas no arquipélago.

Além de atizar as engrenagens centralizadoras da Corte carioca, a viagem de Hartt e seus alunos pelo Grão-Pará deu grande visibilidade ao incipiente Museu Paraense. Até então, a instituição era particular, embora mantida com verbas públicas, e sua gestão era controlada pelos membros da Associação Philomática, todos profissionais liberais e servidores públicos. Sob

<sup>15</sup> Ofício do Ministério dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas ao Sr. Vice-Presidente da Provincia do Pará. Rio de Janeiro, 25 de abril de 1871. Arquivo do Museu Nacional, BR.NM.MN.DR, pasta 10, doc. 23.

<sup>16</sup> Decreto n. 122, de 3 de abril de 1871. Autoriza o Conselho Administrativo do Museu Nacional a conferir o título de membro correspondente daquele estabelecimento aos que se tornarem merecedores dessa distinção. In: Coleção das decisões do Governo do Império do Brasil de 1871. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1872.

a influência da repercussão dos achados em Marajó, feitos por Barnard e divulgados por Hartt, o novo Presidente da Província, Joaquim Pires Machado Portella, decidiu incorporar oficialmente o museu à esfera pública, ato consolidado em solenidade no dia 25 de março de 1871 (Graça, 1871).

Naquela ocasião, Hartt já estava de volta à Universidade de Cornell, onde se dedicou à organização e ao estudo dos materiais coletados no Brasil. Em julho de 1871, ele publicou o artigo “The Ancient Indian Pottery of Marajó, Brazil” na revista *The American Naturalist*, o primeiro trabalho a apresentar um estudo científico sobre a cerâmica marajoara em nível internacional. Nele, Hartt descreveu minuciosamente a coleção que havia levado para os Estados Unidos, analisou os grafismos que adornavam os objetos e a matéria-prima com que eram fabricados os vasos, levantou algumas hipóteses sobre os usos daqueles artefatos e, no parágrafo final, argumentou que não havia registros históricos sobre os construtores dos tesos, acrescentando que “Senhor Penna has had the kindness to examine carefully into the subject for me, and it would appear that the mounds antedate the discovery of America” (Hartt, 1871, p. 270).<sup>17</sup>

Ferreira Penna foi citado como autoridade no assunto, que não apenas avalizava as interpretações de Hartt, como também o qualificava como o novo especialista em arqueologia amazônica (“Senhor Penna examinou o assunto para mim...”). Trata-se, evidentemente, de uma retórica especialmente elaborada para transferir autoridade científica de alguém já amplamente reconhecido no meio para outra pessoa que adentrava nessa seara com algum trunfo nas mãos. Esse processo parece ter sido consensual e avançou em mão dupla, pois Penna e Hartt mantiveram uma relação muito próxima, baseada em apoio

<sup>17</sup> “O Senhor Penna teve a gentileza de examinar cuidadosamente o assunto para mim, e parece que os montes são anteriores à descoberta da América”.

mútuo, em troca de informações e de coleções (Sanjad, 2010). Ao ser informado sobre a transformação do Museu Paraense em instituição pública, que demandava apoio para se consolidar, Hartt passou a fazer repetidas doações de coleções e publicações científicas a esse museu, incluindo seu artigo sobre a coleção marajoara de Cornell. Essas doações eram anunciadas nos relatórios do governo provincial, denotando que a nascente instituição já havia angariado reconhecimento e obtido protetores fora do país. Mais tarde, o próprio Ferreira Penna associou seu nome ao estudo pioneiro de Hartt:

[Charles Hartt] [...] remeteu para aqui e para as outras principais cidades do Império onde tinha amigos, bom número de exemplares de um extenso e importante artigo, iluminado por muitas figuras, no qual descreveu magistralmente uma variada porção de artefatos arqueológicos como louça e outros vasos de uso doméstico, urnas, ídolos, etc., que, por indicação minha, mandou um dos seus Ajudantes extrair do cemitério do Pacoval do Arary (Penna, 1896, p. 30-31).

No mesmo mês em que o artigo na *The American Naturalist* foi publicado, o jornal New York Tribune anunciou que Hartt estava voltando ao Brasil para uma segunda expedição, desta vez com a intenção de ir pessoalmente ao Marajó para novos estudos e para formar outra coleção.<sup>18</sup> Seu trabalho com a cerâmica marajoara aparentemente chamou a atenção de parte da comunidade científica americana, pois a segunda Expedição Morgan contou com um financiamento expressivo, incluindo quinhentos dólares doados pelo Museu Peabody, da Universidade de Harvard, para

<sup>18</sup> No Brasil, a matéria do New York Tribune foi republicada pelo Jornal do Commercio (RJ) de 24 de julho de 1871, n. 253, p. 2.

que o geólogo formasse uma coleção semelhante à de Cornell (PMAE, 1872; Freitas, 2002).

A segunda Expedição Morgan chegou a Belém em 7 de setembro de 1871. Desta vez, Hartt veio acompanhado apenas de Orville Derby, ainda estudante de geologia e mais próximo do professor em razão das observações que fez sobre a costa brasileira e pelos trabalhos desenvolvidos com as coleções de fósseis em Cornell (Hartt, 1874; Brice, 1989). A estadia na capital paraense foi breve, pois, naquele ano, a cidade enfrentava uma epidemia de febre amarela. Hartt e Derby decidiram, então, seguir para Santarém já no dia 8 de setembro.<sup>19</sup> Foi nessa cidade que os dois viajantes se encontraram com outro norte-americano, que também estava chefiando uma expedição científica, Joseph Beal Steere.

20

## A rede se expande: Steere e Derby

Joseph Beal Steere estava na Amazônia a serviço da Universidade de Michigan, que havia patrocinado a expedição em troca de coleções para o seu Gabinete de História Natural.<sup>20</sup> Ele desembarcou em Belém em novembro de 1870<sup>21</sup> e realizou diversas excursões nos meses subsequentes, incluindo três viagens ao Marajó: entre janeiro e fevereiro de 1871 (Chaves e ilha Caviana), de finais de março a início de abril (Soure) e entre meados de abril e finais de maio (Cachoeira). As duas primeiras foram exclusivamente para a formação de coleções de história natural, todavia, quando em Soure, moradores locais deram a Steere dois fragmentos cerâmicos que ele considerou “much better made than those new

<sup>19</sup> The Cornell Era, 1 dez. 1871, v. 4, n. 2, p. 167.

<sup>20</sup> Atualmente, as coleções etnográficas e arqueológicas que Steere formou na Amazônia estão preservadas no Museu de Arqueologia Antropológica da Universidade do Michigan.

<sup>21</sup> Steere aportou primeiro em São Luís, em finais de outubro de 1870. Nesse mesmo momento, Hartt e seus alunos ainda estavam explorando o território nacional durante a primeira Expedição Morgan. Eles não chegaram a se encontrar, mas antes de retornarem aos EUA, os alunos de Hartt deixaram para Steere, em Belém, vários materiais necessários à taxidermia. Cf. *Peninsular Courier and Family Visitant*, 27 jan. 1871, v. 10, n. 4.

in use in the country” (“mais bem feitos do que aqueles novos em uso no país”). Steere se impressionou por eles ainda estarem “strong and sound after their long burial” (“fortes e intactos após longo [tempo] sepultados”)<sup>22</sup>. Esse primeiro contato foi suficiente para o zoólogo organizar a terceira viagem ao arquipélago, agora exclusivamente voltada à coleta de “antiguidades”.

Steere visitou dois sítios: o do Pacoval, já explorado por Barnard e tornado mundialmente famoso por Hartt, e o Teso dos Bichos, até aquele momento ainda não visitado por cientistas. O zoólogo enfrentou uma série de contratempos durante essas viagens, a começar pela data escolhida, durante o inverno amazônico, quando os rios estão cheios e os tesos parcialmente submersos. Além disso, ele não dispunha de materiais adequados para a realização dos trabalhos de escavação; ao chegar em Cachoeira, conseguiu comprar apenas uma enxada e um pé de cabra<sup>23</sup>. O resultado prático foi que as coletas ficaram limitadas a uma pequena parte lateral não submersa dos montículos, o que, por sua vez, resultou em uma coleção diminuta.<sup>24</sup> A Figura 2 apresenta uma vasilha cerâmica fragmentada, coletada por Steere e atualmente preservada no Museu de Arqueologia Antropológica da Universidade de Michigan.

<sup>22</sup> Peninsular Courier and Family Visitant, 5 maio 1871, v. 10, n. 18.

<sup>23</sup> Idem, 30 jun. 1871, v. 10, n. 26.

<sup>24</sup> Atualmente, é impossível determinar a quantidade precisa de objetos da coleção marajoara de Steere, pois, ao longo do tempo, várias metodologias de catalogação foram adotadas pelo museu da Universidade do Michigan sem a devida atenção à documentação associada aos artefatos. Isso resultou em dados que variam conforme a fonte escolhida para estudo. Por exemplo, no livro de acessos original daquela coleção, são enumerados 64 objetos como provenientes de Marajó. Meggers (1947), por seu turno, inventariou a coleção e identificou somente 48 peças. Por fim, a atual base de dados da instituição reconhece apenas 25 artefatos como marajoaras.



Figura 2: Vasilha cerâmica coletada por Joseph Beal Steere na ilha de Marajó. Fonte: Museum of Anthropological Archaeology, University of Michigan. Foto: Lucas Araújo, 2020.

22

Importa mencionar que Steere ainda não conhecia Ferreira Penna quando realizou suas viagens ao Marajó. O principal interlocutor do zoólogo em Belém foi o capitão McGee, um antigo proprietário de terras da Louisiana que se mudou para o Pará após perder seus bens e escravos durante a Guerra Civil Americana (1861-1865) – e que possuía um sítio no rio Arari. McGee conseguiu, com Abel Graça, cartas de recomendação e promessas de auxílio.<sup>25</sup> Da mesma forma, ao chegar em Cachoeira do Arari, foi o padre da vila quem viabilizou a ida de Steere aos tesos, conseguindo transporte e auxiliares para a viagem.<sup>26</sup>

Em outras palavras, Ferreira Penna não teve influência no interesse de Steere pela cerâmica marajoara, nem nas observações feitas pelo zoólogo e publicadas nas páginas do *Peninsular Courier and Family Visitant*, jornal de propriedade

<sup>25</sup> *Peninsular Courier and Family Visitant*, 28 mar. 1871, v. 10, n. 12.

<sup>26</sup> *Idem*, 30 jun. 1871, v. 10, n. 26; 27 de maio de 1871, v. 10, n. 27.

de um familiar de Steere e que também patrocinou a viagem em troca de relatos da expedição. Foi somente em junho de 1871 que Steere estabeleceu o primeiro contato com Ferreira Penna. Em suas palavras: “I had presented some duplicates of shells, etc., to a museum that was recently organized in Para, and, through this, became acquainted with Mr. Penna, the principal director and a man of considerable literacy and scientific reputation”<sup>27</sup>. Dali em diante, os dois estabeleceram uma relação de auxílio mútuo, assim como ocorrera com Hartt: Penna conseguiu cartas de apresentação, transporte gratuito e enviou materiais para a coleta e preservação de coleções enquanto Steere estava em campo. O zoólogo, por sua vez, remeteu várias coleções de história natural ao Museu Paraense e manteve uma constante correspondência com o naturalista mineiro, informando-o sobre suas investigações científicas na Amazônia.

A troca de informações era valorizada por Ferreira Penna, que pretendia publicar as observações do zoólogo em periódicos locais para incentivar os “estudos da natureza”. Um exemplo desse interesse emerge na carta que ele escreveu em resposta à primeira comunicação de Steere:

As notas e observações, contidas na carta, são de muito interesse; por isso, peço e rogo à V.S.<sup>a</sup> que faça-me a graça de continuar à comunicar-me taes notas e observações científicas, durante a sua viagem, todas as vezes que isto não lhe causar incômodo e lhe sobrar tempo. Eu farei publicá-las, em extracto, ou in extenso, aqui, pelos jornaes; por que é isto um bom meio de despertar e fazer desenvolver o gosto para o bello e attrahente estudo da

<sup>27</sup> “Eu presenteei com algumas duplicatas de conchas, etc., um museu que foi recentemente organizado no Pará e, por meio disso, conheci o Sr. Penna, o diretor e um homem de considerável instrução e reputação científica”. Cf. *Peninsular Courier and Family Visitant*, 4 ago. 1871, v. 10, n. 31.

Natureza, o qual é quasi desconhecido n'esta Província!<sup>28</sup>

As cartas de Steere jamais foram publicadas no Pará; contudo, as informações que ele enviou foram mais tarde incorporadas por Ferreira Penna em suas análises sobre os tesos marajoaras.<sup>29</sup> Por exemplo, Penna concordou com o zoólogo que, no Pacoval, as cerâmicas estavam dispostas em três camadas distintas, com as peças mais complexas encontradas na base do montículo e as mais simples no topo. Essa separação, segundo Ferreira Penna, indicava um processo de degeneração social, ou seja, que ali viveu um grupo que atingiu um certo grau de “civilização”, mas que por algum motivo “retrocedeu” à “barbárie” (Penna, 1877).

Em junho de 1871, Steere partiu de Belém em direção a Santarém, onde se encontrou com Hartt e Derby. Os três passaram mais de um mês juntos explorando a região, realizando escavações em Taperinha e trocando informações sobre suas investigações anteriores. De lá, Steere seguiu para Óbidos, enquanto Derby retornou para Belém na companhia de E. R. Beckley, artista que os acompanhava, com ordens de fazer os preparativos da viagem ao Marajó, enquanto Hartt visitava a Serra do Parauaquara.

A ida ao Marajó era um dos grandes objetivos de Hartt na expedição de 1871; todavia, uma série de infortúnios mudou seus planos. Em primeiro lugar, além da epidemia de febre amarela, que já impunha contratempos logísticos à expedição, os próprios viajantes também enfrentavam problemas de saúde. Hartt reclamava que sofria com “frieiras nos pés”<sup>30</sup>; Derby, ao retornar a Belém, precisou se recuperar das dores que sentia também nos

<sup>28</sup> Carta de D. S. F. Penna a Joseph Beal Steere. Belém, 1º de agosto de 1871. Bentley Historical Library, Joseph Beal Steere Papers, 1861-1941.

<sup>29</sup> Além das publicadas no *The Family Visitant*, Steere produziu apenas mais um trabalho em que menciona suas investigações arqueológicas no Marajó, o “*The Archaeology of the Amazon*”, publicado em 1927, ou seja, 57 anos após sua viagem. No texto ele relembra sua viagem pela Amazônia e reforça algumas de suas ideias sobre os tesos marajoaras (Steere, 1927).

<sup>30</sup> Carta de C. F. Hartt a Joseph Beal Steere. Prainha, 3 de outubro de 1871. Bentley Historical Library, Joseph Beal Steere Papers, 1861-1941.

pés;<sup>31</sup> Beckley, por sua vez, vinha sofrendo com sérios problemas de visão.<sup>32</sup> Some-se a isso o fato de que os apelos de Ladislau Netto para que o Ministério da Agricultura assumisse a responsabilidade pelas pesquisas em Marajó resultaram na proibição da remoção de objetos dos montículos.<sup>33</sup>

Esses fatores culminaram no adiamento da viagem de Hartt ao Marajó por mais de um mês. Em Belém, Derby ainda arquitetou, junto com Ferreira Penna, um plano para obter as coleções. Em uma carta de 8 de novembro a Steere — que também enfrentava dificuldades em sua viagem pelo Amazonas —, Derby comenta que:

We know how to feel for you, for we have similar difficulty in the matter of Marajó, but thanks to Penna are going to get out of it all right. The government at Rio has forbidden collections being made there except for the museums of Rio or Pará, but we are going assist Penna. He had an idea of going over alone and making four collections at once!!!<sup>34</sup>

Aqui é possível perceber a aliança de Ferreira Penna com Hartt. Diante da proibição do Governo Imperial de remover objetos dos tesos em benefício de museus estrangeiros, Ferreira Penna aproveitou sua condição de diretor do Museu Paraense para fazer, ele próprio, a coleta – e depois dividi-la com seus colegas. As quatro coleções que Derby menciona seriam, provavelmente, para os museus Paraense, em Belém, Nacional, no Rio de Janeiro,

<sup>31</sup> Carta de O. A. Derby a Joseph Beal Steere. Belém, 8 de novembro de 1871. Bentley Historical Library, Joseph Beal Steere Papers, 1861-1941.

<sup>32</sup> Carta de O. A. Derby a Joseph Beal Steere. Ithaca, 11 de julho de 1872. Bentley Historical Library, Joseph Beal Steere Papers, 1861-1941.

<sup>33</sup> Carta de O. A. Derby a Joseph Beal Steere. Belém, 8 de novembro de 1871. Bentley Historical Library, Joseph Beal Steere Papers, 1861-1941.

<sup>34</sup> “Sabemos como é o seu sentimento, pois temos uma dificuldade semelhante em relação ao Marajó, mas graças a Penna vamos sair dessa bem. O governo do Rio proibiu que se façam coletas lá, exceto para os museus do Rio ou do Pará, mas vamos auxiliar Penna. Ele teve a ideia de ir sozinho e fazer quatro coleções de uma vez!!!”. Cf. Carta de O. A. Derby a Joseph Beal Steere. Belém, 8 de novembro de 1871. Bentley Historical Library, Joseph Beal Steere Papers, 1861-1941.

Peabody, em Harvard, e de Geologia, na Universidade de Cornell. O plano contornava a proibição legal e permitia ao naturalista mineiro manter um certo controle sobre os objetos que seriam remetidos para fora do Brasil, já que ele poderia selecionar para o Museu Paraense os que mais lhe interessavam e, ao mesmo tempo, satisfazer as ambições de Ladislau Netto.

Ferreira Penna, de fato, chegou a ir ao Marajó. Sua viagem foi apoiada de imediato por Abel Graça. Penna chegou ao teso do Pacoval no dia 9 de novembro de 1871 e lá permaneceu por dois dias. No relatório que escreveu ao vice-presidente da província, ele menciona ter formado apenas uma pequena coleção, composta sobretudo de fragmentos, que foram incorporados ao Museu Paraense, conforme as ordens de Abel Graça. O naturalista mineiro, entretanto, omitiu que doou algumas “duplicatas” dessa coleção a Hartt, cumprindo a promessa que havia feito a Derby (Hartt, 1885, p. 18). Na Figura 3 é possível visualizar uma das peças doadas para Hartt, um fragmento de chocalho.





**Figura 3:** Fragmento de chocalho doado por D. S. Ferreira Penna a Charles F. Hartt em 1871. Destaque para a inscrição “Penna” no centro da peça. Fonte: Peabody Museum of Archaeology and Ethnology. Foto: Lucas Araújo, 2019.

No mesmo relatório, Ferreira Penna deixou clara sua ambição de ampliar a coleção do Museu Paraense — especialmente com urnas inteiras. Para isso, ele incumbiu um pescador local de coletar e remeter-lhe igaçabas, prometendo pagar de seis a oito mil réis por urna. Dessa maneira, Ferreira Penna expandiu sua rede de relações em torno da arqueologia marajoara: contratou seus próprios coletores. Importa mencionar, entretanto, que essa iniciativa denota uma limitação financeira para realizar ele mesmo outras viagens e corria forte risco de fracassar por falta de habilidade dos coletores em remover, embalar e transportar os objetos.

Quando Ferreira Penna retornou a Belém, Derby e Beckley ainda estavam impedidos de realizar as escavações. Foi somente com a chegada de Hartt e, possivelmente, com o auxílio de Ferreira Penna, que os expedicionários conseguiram a autorização do vice-

presidente da província para os trabalhos no Marajó, contrariando a decisão imperial. Convém mencionar que o deputado Abel Graça era o vice-presidente em exercício da presidência – e amigo pessoal de Ferreira Penna. Ele ocupou o cargo por longo período, no intervalo entre três presidentes de curto mandato. Ao todo, Graça ficou quase dois anos na presidência, período fundamental para a institucionalização do Museu Paraense e para as expedições de Hartt e Steere.

Em carta enviada por Hartt ao então curador do Museu Peabody, Jeffries Wyman, o geólogo comenta o apoio recebido:

[I] Am on my way to visit the Mauhés or Mundurucú & to rifle an old burial place, where they say igaçabas are to be found. Gov't [Government] aids me with a steamer to visit the Marajo locality where I shall make a big collection. Mr. Penna who knows the locality well says that the pottery occurs in most extraordinary abundance.<sup>35</sup>

Apesar da boa vontade de Abel Graça e do auxílio de Ferreira Penna, a “moléstia de toda a comissão” atrasou a ida ao Marajó (Hartt, 1885, p. 18). Hartt foi forçado a abandonar seus planos de ir pessoalmente ao arquipélago, pois precisava retornar aos Estados Unidos no início de dezembro, conforme o planejamento original da expedição. Ele decidiu, então, deixar Derby e Beckley no Brasil por mais um mês, especificamente para realizarem os trabalhos de escavação.

Os dois viajaram ao Marajó entre dezembro de 1871 e janeiro de 1872, concentrando os trabalhos no teso do Pacoval. A época da viagem, durante o inverno amazônico, foi mais uma vez um dos

<sup>35</sup> “Estou a caminho de visitar os Maués ou Mundurucus e de explorar um antigo local de sepultamento, onde dizem que são encontradas igaçabas. O governo me auxilia com um vapor para visitar a localidade de Marajó, onde devo fazer uma grande coleção. O Sr. Penna, que conhece bem a localidade, diz que a cerâmica ocorre em uma abundância extraordinária”. Cf. Carta de C. F. Hartt a Jeffries Wymann. Rio Tapajós, 17 de setembro de 1871. Peabody Museum Archives, Brazil Expedition Recors 1871, Object number: 72-23-00/1.

grandes desafios para os expedicionários. Em carta que escreveu para Steere logo após seu retorno do Marajó, Derby reclamou que a incursão “[...] was not very satisfactory for the rains had already commenced, which impeded very much my work”<sup>36</sup>. Além da chuva, importa mencionar que Derby e seus auxiliares também precisaram cavar mais fundo e ultrapassar espessas e duras camadas de argila do teso, pois Barnard, Steere e Ferreira Penna já haviam explorado o Pacoval e recolhido o material que aflorava e que se encontrava nas camadas superiores (Hartt, 1885, p. 21). Ainda assim, Derby afirmou ter feito uma boa coleção, estimada em mais de 500 itens (Araújo, 2021).

Derby retornou aos Estados Unidos ainda em janeiro de 1872, levando consigo a coleção marajoara que havia formado. Os objetos foram enviados diretamente à Universidade de Cornell, onde Hartt iniciou um longo processo de organização, registro fotográfico e estudo dos artefatos. Somente depois de o material ter sido documentado e etiquetado, Hartt o enviou ao Museu Peabody, que havia patrocinado a expedição ao Brasil.<sup>37</sup> A Figura 4 mostra um fragmento cerâmico coletado por Derby no Pacoval, com destaque para a etiqueta produzida por Hartt.

<sup>36</sup> “[...] não foi muito satisfatória, pois as chuvas já haviam começado, o que atrapalhou muito o meu trabalho”. Carta de O. Derby para Joseph Beal Steere. Belém, 4 de janeiro de 1872. Bentley Historical Library, Joseph Beal Steere Papers, 1861-1941.

<sup>37</sup> Carta de C. F. Hartt a Jeffries Wymann. Ithaca, 1 de novembro de 1872. Peabody Museum Archives, Brazil Expedition Records, 1871, Object number: 72-23-00/1.



Figura 4: Fragmento cerâmico coletado por Orville Derby na ilha do Pacoval, lago Arari. Fonte: Peabody Museum of Archaeology & Ethnology. Foto: Lucas Araújo, 2019.

30

No mesmo período, Ferreira Penna planejava seu retorno ao Marajó para novas pesquisas. Como não havia verbas no Museu Paraense, ele se integrou a comissões oficiais com o intuito de ir ao arquipélago e continuar seus estudos arqueológicos. Com essa estratégia, conseguiu visitar a região duas vezes em 1872: em janeiro, foi incumbido por Abel Graça de “executar trabalhos estatísticos, históricos e geográficos nas comarcas de Gurupá, Macapá, Cachoeira, Marajó e Bragança, iguais aos que havia feito nas comarcas de Santarém, Óbidos e Cametá” (Graça, 1872, p. 34). Em maio do mesmo ano, integrou uma comissão de engenheiros nomeada pelo governo da província para estudar os efeitos da inundação no Marajó<sup>38</sup>.

Apesar de enfrentar alguns percalços e dificuldades financeiras, até aquele momento Ferreira Penna estava conseguindo articular uma agenda própria de pesquisas no

<sup>38</sup> Cf. Jornal do Pará, 6 de junho de 1872, n. 125, p. 1.

Marajó, em benefício, sobretudo, do Museu Paraense. Ele já havia visitado o arquipélago três vezes — mais do que qualquer outro naturalista — e prestado auxílio a viajantes estrangeiros e ao próprio Museu Nacional na busca por coleções. Em junho de 1872, entretanto, o cenário mudou: Abel Graça deixou a presidência interina da província com a chegada do novo presidente nomeado pelo Imperador, Francisco Bonifácio de Abreu, o Barão de Villa da Barra. Ferreira Penna e o novo presidente envolveram-se em uma polêmica sobre a administração da Biblioteca Pública e do Museu Paraense, que durou dois meses e chegou às páginas dos periódicos locais, com ataques e ofensas pessoais de ambos os lados. O assunto foi reconstituído em detalhes por Sanjad (2010), não cabendo aqui retomá-lo. O que importa ressaltar é que o resultado prático da contenda foi a exoneração de Penna da direção do museu, em agosto daquele ano.

A perda do cargo na instituição de Belém fez com que Ferreira Penna se aproximasse ainda mais do Museu Nacional. Ele foi o primeiro naturalista viajante contratado pela instituição carioca, cargo criado naquele mesmo ano (Sanjad, 2010; Amorim, 2019). Nessa posição, sua atuação se voltou especialmente aos estudos arqueológicos no Marajó: sua primeira incumbência foi justamente voltar ao tesouro do Pacoval. O alto custo da viagem impôs, mais uma vez, grandes desafios ao naturalista — ainda mais agora que não contava com o apoio do governo provincial na cessão de passagens nem barcos ou auxiliares. Para superar esses obstáculos, Penna viajou de carona com comerciantes e conhecidos para conseguir chegar aonde precisava. Em comunicação com Ladislau Netto no ano de 1877, ele relatou que esse ainda era o meio que utilizava para se locomover:

Não estando em circunstâncias de fazer sacrifícios superiores às minhas rendas, e despendendo ordinariamente nas viagens tudo quanto recebo de salário por parte do Gov<sup>o</sup> [governo], tenho-me visto na necessidade de esperar que algum negociante volante, ou algum dos meus conhecidos vá a tal ou tal rio (que eu desejo visitar) para agregar-me à sua companhia e poupar assim os dispêndios grandes das viagens [...].<sup>39</sup>

Dessa maneira, Penna conseguiu manter uma agenda regular de visitas ao arquipélago. Foram, pelo menos, mais seis viagens entre 1873 e 1882, a última acompanhada do próprio Ladislau Netto, que foi ao Pará em busca de materiais para a exposição antropológica inaugurada naquele mesmo ano (Sanjad, 2010; Amorim, 2019). Nesse período, a formação de coleções marajoaras foi prioridade para Ladislau, que enviou, além de Penna, outros três viajantes naturalistas ao arquipélago: Clément Jobert, Carl Schwacke e Gustavo Rumbelsperger. Todos foram orientados e ciceroneados por Ferreira Penna. Essas viagens resultaram em várias coleções para o Museu Nacional.

Com a criação dos *Archivos do Museu Nacional* em 1876, Ferreira Penna passou a publicar inúmeros trabalhos sobre os “cerâmios” do Pará. Foi esse o nome que ele propôs para designar os tesos, pois até aquele momento eles eram conhecidos pelo termo inglês “mound” (Penna, 1877). O nome, contudo, não foi aceito pelo próprio Ladislau: ainda que o diretor do museu carioca incentivasse Penna a publicar seus textos, existia uma certa imposição das visões de cientistas do Museu Nacional. Além da não aceitação do termo “cerâmio”, há outros exemplos da assimetria existente entre Ladislau e Penna. O mais óbvio foi a

<sup>39</sup> Carta de D. S. F. Penna a L. S. Mello Netto. Belém, 24 junho de 1877. Arquivo do Museu Nacional, BR.MN.MN.DR, pasta 16, doc. 75.

incorporação de um texto do segundo dentro de um trabalho do primeiro (Mello Netto, 1885), quando este poderia tê-lo publicado à parte, dando a devida autoria. Outro exemplo, menos conhecido, é o caso da denominação das tangas marajoaras. Em carta de 18 de abril de 1877, Penna informou Ladislau que havia visitado o Marajó para entrevistar um indígena Aruã, o “único representante que existe desta extinta tribo que outr’ora florescia em Marajó”.<sup>40</sup> O ancião ainda lembrava de algumas palavras em sua língua nativa, devidamente anotadas por Penna. Entre elas, constava a palavra “babal”, usada para identificar as tangas encontradas em enterramentos. Todavia, Ladislau adotou o termo tanga, mesmo ciente de que provém de outro continente.<sup>41</sup> Ainda que Penna tenha argumentado que “talvez convenha substituir a palavra tanga que é de origem exótica pela palavra Babal que é a nacional”, a sugestão jamais foi aceita.

## Considerações finais

As décadas de 1860 e 1870 podem ser consideradas o ponto de virada em que o arquipélago do Marajó surge como campo de investigações arqueológicas, sobretudo porque as cerâmicas ali encontradas em sítios-cemitérios – já conhecidas dos europeus desde o século XVIII – foram ressignificadas como evidências de um passado grandioso, onde habitavam sociedades complexas e desenvolvidas (Ferreira, 2010). Como demonstramos, a virada não aconteceu por razões exógenas nem foi produzida por olhares estrangeiros. Pelo contrário, foi motivada pelo ambiente político e cultural do país, imerso na produção de narrativas sobre sua origem

<sup>40</sup> Carta de D. S. F. Penna a L. S. Mello Netto. Belém, 18 de outubro de 1877. Arquivo do Museu Nacional, BR.MN.MN.DR, pasta 16, doc. 126.

<sup>41</sup> Ladislau Netto acrescentou uma nota a um artigo de Hartt publicado nos Archivos do Museu Nacional sobre as tangas marajoaras (Hartt, 1877, p. 21), justificando o uso do termo: “Tanga, e mais acertadamente ntanga, é o nome dado a uma moeda asiática. No plural significa direitos ou rendas de terras, ou ainda essas mesmas terras de certo modo caracterizadas. Nas possessões portuguesas da África e da Ásia, assim como no Brasil, estendeu-se este nome à denominação do pedaço de tecido com que os indígenas destes países ocultam suas partes pudendas”.

(Carvalho, 2003; Mattos, 1999; Kodama, 2009), e protagonizada por sujeitos que circulavam intensamente pelo território e tinham a formação necessária para reconhecer aqueles artefatos como fontes ou indícios de histórias ainda não contadas.

De acordo com nossas investigações, Francisco da Silva Castro, nascido em Belém e formado em Portugal, foi o primeiro intelectual a interpretar vestígios arqueológicos amazônicos como peças importantes de um quebra-cabeça que ainda estava por ser desenhado, no início dos anos 1860. Não foi o primeiro a coletar, posição que ainda reconhecemos como sendo de Reginald Simpson Graham, que enviou algumas peças em 1845 ao Museu Britânico (Araújo, 2021). Castro foi, contudo, aquele que lançou ao mundo, através de seus contatos na Suécia e na Noruega, algumas das perguntas que seriam repetidamente feitas pelos primeiros antropólogos e arqueólogos: o que esses artefatos nos dizem sobre os antigos habitantes do Brasil? Castro não produziu estudos sobre o assunto, limitando-se a enviar artefatos e espécimes para os museus nórdicos e a manter uma correspondência com alguns cientistas, como o médico Magnus Huss, diretor geral dos hospitais, sanatórios e lazaretos da Suécia (Mörner, 1959). Foi Castro quem também apresentou esse vasto campo de investigações – a arqueologia amazônica – para Ferreira Penna, possivelmente em 1861, data da primeira exposição provincial.

A partir desse momento, Penna construiu sua própria carreira de explorador e naturalista, tomando de Castro a orientação para visitar os dois lugares onde, naquela época, sabia-se haver cerâmicas antigas, o rio Maracá, no Amapá, e o lago Arari, no Marajó. Paralelamente às suas próprias investigações, Ferreira Penna estimulou colegas brasileiros e também estrangeiros que visitavam a região a entrar naquela seara, estes com mais recursos, gente e condições de trabalho – como Hartt. Este deu-lhe ouvidos

e enviou um de seus alunos, William Barnard, para fazer uma primeira exploração do sítio e coletar o que fosse possível. Dessa viagem resultaram as primeiras notas sobre o Pacoval e uma segunda coleção marajoara, bastante incipiente, descrita por Hartt em 1871. Isso foi o suficiente para Hartt se considerar a pessoa que inaugurou as pesquisas arqueológicas no Brasil, como ele mesmo manifestou em carta a Jeffries Wymann: "I have spent so much money & worked so hard in opening up the new field of Brazilian antiquities that I do not feel like letting it go out of my hands neither do I want to have others meddle with my collections"<sup>42</sup>.

A pesquisa sobre o Marajó rendeu certa fama e prestígio a Hartt junto aos círculos intelectuais norte-americanos, em especial depois que ele publicou sua teoria sobre a evolução do ornamento (Hartt, 1874). Hartt não apenas se via como o inaugurador da pesquisa arqueológica no arquipélago marajoara, como ele estava disposto a proteger a posição que acreditava ter conquistado e impedir que outros tivessem acesso ao material que Barnard coletara. Quando soube, por exemplo, que James Orton iria visitar o Brasil, ele temeu perder seu prestígio no cenário norte-americano, pois Orton já havia estado no país e tinha sido um dos primeiros a encontrar fósseis na Amazônia (Mendes, 1957): "I find Orton is going to the Amazonas this summer and, knowing his grasping disposition, I am sure he will try & cut me out"<sup>43</sup>. Hartt chegou ao ponto de trancar a sala com as coleções arqueológicas de Cornell até seu retorno do Brasil em 1871, para que ninguém tivesse acesso a esses materiais, conforme registrado pelo periódico *O Novo Mundo*<sup>44</sup>. Ao retornar da segunda Expedição Morgan, demorou mais de um ano para entregar ao Museu Peabody a prometida

<sup>42</sup> "Gastei tanto dinheiro e trabalhei tanto para abrir o novo campo [de estudos] das antiguidades brasileiras que não tenho vontade de deixá-lo escapar das minhas mãos, nem quero que outros se intrometam em minhas coleções". Carta de C. F. Hartt a Jeffries Wymann. Ithaca, 28 de março de 1873. Peabody Museum Archives, Brazil Expedition Records, 1871, Object number: 72-23-00/1.

<sup>43</sup> "Eu descobri que Orton está indo para o Amazonas neste verão e, conhecendo sua disposição gananciosa, tenho certeza de que ele tentará me superar". Cf. Carta de C. F. Hartt a Jeffries Wymann. Ithaca, 28 de março de 1873. Peabody Museum Archives, Brazil Expedition Records, 1871, Object number: 72-23-00/1.

<sup>44</sup> Cf. *O Novo Mundo*, 24 de agosto de 1871, v. 1, n. 11, p. 167.

coleção marajoara, o que fez somente depois de tê-la fotografado, analisado e elaborado uma primeira descrição do material.

Ferreira Penna, por sua vez, homem infinitamente mais modesto, continuou dando apoio e trocando informações e coleções com Hartt, mesmo após deixar a direção do Museu Paraense. Por exemplo, na viagem que realizou ao Marajó em janeiro de 1873, ele prometeu ao colega dos Estados Unidos as duplicatas do que fosse encontrado. Hartt registrou em carta essa promessa: "My old friend Mr. Penna of Pará has set off on a journey thro' Marajó & Brazilian Guiana in search of antiquities. He promised me his duplicates, but to obtain them it will be necessary for me to repay his custom way"<sup>45</sup>.

A ambição de Hartt parecia não incomodar Ferreira Penna, mas certamente perturbava um outro sujeito igualmente interessado em arqueologia, Ladislau Netto. Diante das notícias de que artefatos marajoaras estavam sendo enviados aos Estados Unidos e incorporados ao Museu Paraense, Ladislau articulou uma resolução ministerial proibindo a exportação daqueles artefatos e garantindo ao Museu Nacional e ao Museu Paraense a prioridade de acesso aos sítios. Na prática, isso impedia a continuidade das pesquisas de Hartt, que, no entanto, continuaram graças a Ferreira Penna, à época diretor do Museu Paraense, que burlou a proibição e distribuiu, ele próprio, o que havia coletado pessoalmente no Marajó. Convém ressaltar a relação sempre problemática entre Ladislau e Penna. Exonerado da direção do Museu Paraense, este foi contratado como naturalista viajante do Museu Nacional, ficando a serviço de Ladislau, que absorvia tanto a sua mão de obra quanto os seus conhecimentos. Posteriormente, Ladislau confiscou – com o suporte do governo imperial – toda a coleção

<sup>45</sup> "Meu velho amigo, Sr. Penna, do Pará, partiu em uma jornada pelo Marajó e pela Guiana Brasileira em busca de antiguidades. Ele prometeu-me suas duplicatas, mas, para obtê-las, será necessário que eu reembolse os custos de alfândega". Cf. Carta de C. F. Hartt a Jeffries Wymann. Ithaca, 28 de março de 1873. Peabody Museum Archives, Brazil Expedition Records, 1871, Object number: 72-23-00/1.

arqueológica e etnográfica do Museu Paraense, em sua maior parte formada por Ferreira Penna. Esse foi um episódio traumático na história da instituição, que repercutiu até o início da República, e também na vida de Ferreira Penna, que pediu demissão do Museu Nacional e decidiu se afastar definitivamente das lides políticas e científicas (Sanjad, 2010; Amorim, 2019).

Foi nesse cenário de cooperação, competição e disputas pessoais e institucionais que a ocupação humana do Marajó emergiu e se consolidou como problema científico. No centro dessa rede de relações estava Ferreira Penna, sujeito que dominou, por vinte anos, um cenário que, nos seus primórdios, parecia promissor, mas que logo se desfez com o falecimento prematuro de Hartt, em 1878, e com o confisco das coleções do Museu Paraense, em 1882. Tanto Hartt quanto Ladislau reconheceram a importância de Ferreira Penna para a arqueologia marajoara em diferentes momentos. Hartt (1885), por exemplo, fez questão de agradecer ao amigo pelo apoio e por tê-lo informado sobre a existência dos “cemitérios indígenas”. Ladislau (Mello Netto, 1885), por sua vez, ainda que fizesse questão de exibir sua proeminência sobre Ferreira Penna, também creditou a ele sua “iniciação” na pesquisa arqueológica após receber materiais enviados do Pará. Ambos, entretanto, atribuíram a Ferreira Penna o crédito de informante, alguém a quem deviam agradecer a generosidade e auxílio. A produção intelectual de Penna foi pouco considerada e um de seus trabalhos, talvez o mais importante para Ladislau, foi canibalizado no texto que o diretor do Museu Nacional considerou a sua obra máxima, eclipsando o nome de seu subalterno.

Neste trabalho, buscamos ajuizar a importância das relações sociais no processo de institucionalização da ciência, destacando a mediação científica exercida por Ferreira Penna nos anos iniciais da pesquisa arqueológica no Marajó. A partir

do engajamento com comunidades locais, elites políticas e cientistas nacionais e estrangeiros, Penna conseguiu mobilizar esforços para estudos sistemáticos que superaram a visão colonial e curiosa das “antiguidades” da Amazônia, atribuindo a esses objetos o valor de patrimônio. Sua estratégia de articulação e o manejo das tensões entre interesses nacionais e estrangeiros, paralelamente ao desenvolvimento de suas próprias pesquisas, revelam o importante papel que ele desempenhou na produção e difusão dos conhecimentos sobre os tesos marajoaras e os vestígios neles enterrados.

## Referências

AGASSIZ, L.; AGASSIZ, E. C. **Journey to Brazil**. Boston: Ticknor and Fields, 1868.

AMORIM, L. B. **Dois museus e uma coleção: deslocamentos, disputas e identidades na trajetória de objetos arqueológicos da cultura marajoara**. 2019. Tese (Doutorado em Museologia). Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

ANTUNES, A. **A rede dos invisíveis: uma análise dos auxiliares na expedição de Louis Agassiz ao Brasil (1865-1866)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História das Ciências). Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, 2015.

ARAÚJO, L. M. As “notas” de William Barnard e a arqueologia marajoara. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 18, n. 3, p. 1-18, 2023.

ARAÚJO, L. M. **O que os viajantes levaram: a cultura material marajoara em invenção nos museus brasileiros e norte-americanos**. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Pará, 2021.

BARRETO, C. Um passado pré-colonial: uma breve história da Arqueologia no Brasil. **Revista da USP**, n. 44, p. 32-51, 2000.

BELTRÃO, J. F. **Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004.

BRICE, W. R. **Cornell Geology through the years**. Ithaca: College

of Engineering, 1989.

CARVALHO, J. M. **A construção da ordem: a elite política imperial.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, F. S. Memórias sobre o Japiim (pássaro que habita todo o Brasil e as Guianas, conhecido no norte do Império pelo nome de “checheo”). **Anais da Academia Real de Ciências de Estocolmo**, 1865a.

CASTRO, F. S. Notas sobre a droga “Uiary” ou Curare. **Anais da Academia Real de Ciências de Estocolmo**, 1865b.

COELHO, A. C. A. et al. “Uma Indústria Ausente”: a região da Amazônia na exposição internacional de Londres (1862). **Revista Casa da Geografia de Sobral**, v. 21, n. 1, p. 165-181, 2019.

COSTA, E. L. D. As terapias do “Doutor Limonada”: medicina oficial e as práticas de cura populares na Amazônia oitocentista. 2024. Dissertação (Mestrado em História das Ciências). Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, 2024.

CUNHA, A. L. F. **Relatorio Geral da Exposição Nacional de 1861 e Relatorios dos Jurys Especiaes**, colligidos e publicados por deliberação da Commissão Directora pelo secretario Antonio Luiz Fernandes da Cunha. Rio de Janeiro: Typ. do Diário do Rio de Janeiro, 1862.

CUNHA, O. R. **Talento e Atitude: estudos biográficos do Museu Emílio Goeldi.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1989.

FERREIRA, L. M. **Território primitivo: a institucionalização da arqueologia no Brasil (1870-1917).** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

FREITAS, M. V. **Charles Frederick Hart: um naturalista no império de Pedro II.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

GRAÇA, A. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na Segunda Sessão da 17ª Legislatura.** Pará: Typ. do Diário do Gram-Pará, 1871.

GRAÇA, A. **Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na Primeira Sessão da 18ª Legislatura em 15 de fevereiro de 1872.** Pará: Typ. do Diário do Gram-Pará, 1872.

HARTT, C. F. A Geologia do Pará. **Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia**, v. 1, n. 3, p. 257-273, 1896.

HARTT, C. F. Contribuições para a Ethnologia do Valle do Amazonas. **Archivos do Museu Nacional**, v. 6, p. 1-174, 1885.

HARTT, C. F. Nota sobre algumas tangas de barro cosido dos antigos indígenas da Ilha de Marajó. **Archivos do Museu Nacional**, v. 1, p. 21-25, 1876.

HARTT, C. F. Preliminary report of the Morgan Expeditions, 1870-1871. **Bulletin of the Cornell University**, 1874.

HARTT, C. F. The Ancient Indian Pottery of Marajo, Brazil. **The American Naturalist**, v. 5, n. 5, p. 259-271, 1871.

HARTT, C. F. A vacation trip to Brazil. **The American Naturalist**, v. 1, p. 642-651, 1867.

KODAMA, K. **Os índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860.** Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; São Paulo: EDUSP, 2009.

LINHARES, A. M. A. **Um grego agora nu: índios marajoaras e iden-**

tidade nacional brasileira. Curitiba: CRV, 2017.

MATTOS, I. R. **O Tempo Saquarema**. A Formação do Estado Imperial. 4ª ed. Rio de Janeiro: Access, 1999.

MEGGERS, B. The Beal-Steere collection of pottery from Marajó Island, Brazil. **Papers of the Michigan Academy of Science, Arts and Letters**, v. 31, p. 193-214, 1947.

MELLO NETTO, L. S. M. Investigações sobre Archaeologia Brasileira. **Archivos do Museu Nacional**, v. 6, p. 257-554, 1885a.

MELLO NETTO, L. S. M. **Conférence faite au Muséum National en présence de LL. MM. Impériales le 4 novembre 1884**. Rio de Janeiro: Typ. de Machado & C., 1885b.

MELLO NETTO, L. S. M. **Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Philomatico, 1870.

MENDES, J. C. Notas sobre a bacia sedimentar amazônica. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 26, p. 3-37, 1957.

MÖRNER, A. Catalogue of the Silva Castro collection. **Revista do Museu Paulista**, v. 11, p. 133-176, 1959.

NORONHA, J. M. **Roteiro da viagem da Cidade do Pará até as últimas colônias do Sertão da Província escrito na Vila de Barcelos pelo Vigário Geral do Rio Negro o Padre Dr. José Monteiro de Noronha no ano de 1768**. Belém: Typ. de Santos & Irmãos, 1868.

PENNA, D. S. F. Apontamentos sobre os cerâmicos do Pará. **Archivos do Museu Nacional**, v. 2, p. 47-67, 1877.

PENNA, D. S. F. **O Tocantins e o Anapu**. Belém: Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1864.

PENNA, D. S. F. **A Região Occidental da Província do Pará**. Belém: Typ. do Diário de Belém, 1869.

PMAE. **Sixteenth Annual Report of the Peabody Museum of Archaeology & Ethnology**. Salem: Salem Press, 1872.

SANJAD, N. Ciência de potes quebrados: nação e região na arqueologia brasileira do século XIX. **Anais do Museu Paulista**, v. 19, p. 133-164, 2011.

SANJAD, N. **A coruja de minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907)**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010.

SILVA, E. **Objetos e Imagens no Marajó Antigo: agência e transformação na iconografia das tangas cerâmicas**. 2017. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia, Universidade de São Paulo, 2017.

STEELE, J. B. The Archaeology of the Amazon. **Report of the Associate-director of the Museum of Anthropology to the Board of Regents**, 1927, p. 20-26.

VERÍSSIMO, J. D. S. Ferreira Penna – Notícia sobre sua vida e trabalhos. **Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia**, v. 1, n. 1, p. 5-8, 1895.